

Um dos aspectos mais relevantes da globalização, compreendida como um movimento de integração e livre circulação do capital privado pelo mundo e que não vê os limites dos Estados é o caráter de sua distribuição assimétrica. Isso gera uma profunda contradição no sistema global e que tenta, sem sucesso, ser ocultada. Iluminar esse contraste desestabiliza e deixa nua a fantasia de mundo único.

Sabemos que na lógica da globalização o sentido de mundo é uma enorme esfera única, moderna, tecnológica, inclusiva, sem fronteiras, onde qualquer ponto dele está ao alcance das mãos de qualquer pessoa. Entretanto, a vida real desmascara essa ilusão. As pessoas sentem em seus corpos, com suas vidas, essa unidade. Concretamente vivemos em centros ou em periferias do mesmo globo, e que são produzidas pela própria globalização.

Em resumo, não há simetria, não existe igualdade. E esses lugares opostos não são resultados da natureza, não surgem por mágica, ou em razão do destino. Centros e periferias do mundo são construções econômicas, políticas, sociais, culturais, antíteses do sistema global e causas de sua crise permanente. A contradição é tão nítida que até o termo globalização entrou em desuso, ficou desgastado, sumiu, mas como seus efeitos são reais, vez por outra, surge e sempre é bom lembrar.

Edward Said (2011, p. 56) lembra-nos que ainda hoje nações na Ásia, América Latina e África até parecem politicamente independentes e inseridas no mundo globalizado, “mas, sob muitos aspectos, continuam tão dominadas e dependentes quanto eram na época em que viviam governadas diretamente pelas potências europeias”.

Não há como negar que países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França parecem localizados no centro da globalização, com poder de produção e consumo infinitamente maior que a de nações africanas, asiáticas, latino-americanas, radicalmente vistas nas periferias, isto é, do lado de fora dos muros da globalização.

Relembremos que o sistema global festeja um mundo único, moderno, livre, sem fronteiras, e as pessoas das periferias acreditam nessa promessa e, concretamente, buscam realizar o que essa publicidade garante: o mundo ao alcance das mãos. Elas tentam se mover ou são obrigadas a pular os muros ou enfrentar oceanos em direção aos centros, cultivando a ideia de sobrevivência, de melhores condições de vida. Todavia, logo sentem os efeitos mais perversos da globalização.

O que estou a dizer é que o sistema global como fantasia se desfaz por contradição dele mesmo. Ao se propagar um mundo único será incontornável o encontro entre os centros e as periferias. Será inevitável o contato face a face entre o *Nós*, que estaríamos em um lugar civilizado, moderno, rico, seguro e em paz; e o *Outro*, fabricado como primitivo, atrasado, pobre, negro, violento, uma eterna ameaça a nossa ilusória tranquilidade.

Há uma análise de Stuart Hall (2006, p. 81) que é bastante esclarecedora sobre isso. Diz ele que após a Segunda Guerra, as potências europeias iniciaram um processo lento de uma descolonização física de algumas regiões pelo mundo. Muitos países ricos europeus, colonizadores, pensaram que poderiam simplesmente cair fora de suas esferas coloniais de influência, deixando as terríveis consequências do imperialismo de anos para atrás delas, sem nenhuma obrigação de reparar.

Com a “alta globalização” entre os países, logo se percebeu que a ponte que levava o império colonialista para lá é a mesma que trazia as riquezas e as gentes para cá. O sentido da contradição que acaba com a fantasia global está exatamente na produção involuntária desse sistema de uma mão de dupla de trânsito e, não, de uma mão única. Como diz Hall (2006), o movimento para fora (mercadorias, imagens, estilos ocidentais e identidades consumistas) tem uma correspondência num enorme movimento de pessoas que se deslocam das periferias para os centros, das ex-colônias para as ex-metrópoles.

A pobreza, a seca, a fome, as doenças, a ausência de água potável e de energia elétrica, a violência nos países explorados por séculos, tudo isso é um motor vital e justificável que impulsiona as pessoas mais pobres das periferias globais para se mover, para se salvar. É preciso fugir desse quadro desumano e a motivação para isso ainda ganha a mensagem fantástica de um consumismo fácil, de liberdade, de emprego, de pão e paz nos países do centro, lá de onde vêm os “bens” e de onde as chances de sobrevivência são maiores.

Além desse encontro inevitável, lembremos que a globalização faz emergir nos países ricos a sensação de um *cidadão do mundo*, de identidade abstrata e pluralizada por identificações frágeis. Todavia, o efeito desse processo é a frustração da maioria desses cidadãos com as promessas não cumpridas pela globalização. Há aqui, também, a sensação de perda identitária. Na prática, o mundo não está ao alcance das mãos de todos, e o sujeito se sente só e sem esperança, mesmo em países que se dizem ricos. Muitas vezes, esse indivíduo é jogado de forma violenta contra o *Outro*, o estrangeiro, a ameaça que vem de fora do muro.

Em muitos países ricos, o indivíduo descentrado, iludido pelo sistema global, descrente das juras dos governos, sai em busca de um grupo que lhe pareça estável, que valorize a identidade, que festeje as tradições e partilhe de suas angústias. Esse sujeito seleciona o grupo do seu pertencimento a partir das *diferenças*. O ódio contra o *Outro*, o estrangeiro, será o elemento comum, aquilo que dará unidade ao novo ajuntamento. Esse percurso político movido por medos faz iluminar ilusórias fronteiras entre o *Nós* e o *Outro*.

Como se pode perceber, são essas as condições que fazem emergir, de modo mais nítidos na contemporaneidade, a visibilização de racismos e de xenofobias abrigadas em movimentos civis, grupos e partidos políticos extremistas. Essas “novas comunidades” xenófobas e racistas se fortalecem por meio de redes identitárias. Elas não sentem mais o Estado como o lugar de segurança. Do Estado restaram, como diz Zygmunt Bauman (2005, p. 34) “minguados remanescentes de uma soberania territorial que um dia já foi indomável e indivisível”.

Esses grupos estão nos centros dos países capitalistas, não somente neles. Eles reavivam e deixam intocado o etnocentrismo ocidental, organizam-se para enfrentar os *Outros* que estão nos países periféricos e que tentam se deslocar, mesmo sendo eles o *Outro* interno, nacional. Para isso, renovam critérios articulados de classe, raça, etnia, religião, patriotismo. Estamos falando de grupos racistas, mas que não agem somente sob o falso manto da superioridade branca, mobilizam-se principalmente por interesses econômicos aliados às supostas diferenças culturais e religiosas.

O fato é que a globalização produziu e produz, por um lado, a desesperança, a pobreza e o ódio nos países que se imaginam no centro desse sistema. Por outro, também produziu e produz a máxima exploração e destruição das terras e das gentes das periferias do mundo, obrigando milhões a fugir para sobreviver em um lugar onde jorraria “leite e mel”, segundo a publicidade bíblica da globalização.

Entretanto, perceba, estamos a tratar de vítimas do mesmo sistema global em todos os cantos. Assim, nesse sentido, somos todos um só. Porém, a lógica globalizante continua a nos iludir como elementos radicalmente opostos, o *Nós* e o *Outro*.

Nos países mais ricos, o sistema global forma um exército de desesperança que até faz a crítica da globalização, mas as ações que adotam somente reforçam esse sistema global, capitalista. Em outras palavras, a globalização utiliza-se desse exército para manter a mesma

lógica de dominadores e dominados, de ricos e pobres, de brancos e negros, de centros e periferias. O meio que o sistema global usa para se manter como tal baseia-se na radicalização das violências identitárias, no apartamento e combate ao *Outro*, que é percebido como a eterna *diferença* que ameaça o *Nós*.

Contudo, muito bem observa Hall (2006), que as pessoas que tentam recuperar vínculos tradicionais, que se organizam em grupos, partidos e comunidade locais e nacionais racistas e xenófobas não mais encontrarão as antigas identidades porque essas identidades jamais estiveram firmemente enraizadas nessas localidades. É aqui que ganha a força da ilusão do sistema global.

Mesmo que resgatem rastros dessa tradição identitária, esses grupos vão atuar na lógica da globalização, a exemplo de organizações político-religiosas que se utilizam da internet para mobilizar, difundir suas ideias, buscar apoios internacionais, recrutar fiéis, arrecadar dinheiro e armas, denunciar infiéis, estabelecer vínculos com outros grupos congêneres. No fundo, eles ampliam a radicalização de suas fronteiras na base da ordem moral, religiosa, racista, econômica.

As contradições geradas pela fabulação de um mundo global revelam o que Milton Santos (2000) chama de *globalização perversa*, um mundo profundamente dividido por extremas riqueza e pobreza. Nesse quadro, a pobreza se tornou estrutural e naturalizada em um modelo de sociedade em que o medo e a violência serão centrais. Para esse autor, jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, da fome, da violência, do *Outro*, um medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa e estrutural, típica do nosso tempo. Entende Santos (2000, p. 29) que “vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é também, criador de insegurança”.

Discutir a comunidade implica perceber, então, essa tensão entre projetos de mundo. De um lado, o festejado como integrado, global, para fora, moderno, tecnológico. Do outro, o projeto que busca se organizar, ilusoriamente, para dentro, por meio de movimentos políticos extremistas e retóricos, e que estariam agindo em suposta reação à globalização, que buscaria o retorno às tradições, retornar à “nação grande”. Para isso, levanta muros, expulsa e mata o *Outro*.

Curioso é que o *Outro* nesses dois modelos antagônicos se mantém como a *diferença* a ser

eliminada. *Ela* será visível para ser controlada e criminalizada, culpada por todos os males, objeto de políticas de expulsão do *Nós*. Um outro aspecto é que esse *Outro* também desaparece nos dois projetos se, de forma resignada, comportar-se como mão de obra barata, muda, sem direitos, sem atrapalhar o fluxo do capital global; quando for o exótico confinado onde está, na sua comunidade primitiva, sem ameaçar cruzar as fronteiras para a *civilização*.

Nesse contexto, onde está a comunidade dos países de língua portuguesa? Somos um ajustamento para fora ou para dentro? Por sua configuração periférica, será a comunidade lusófona o *Outro* a ser combatido pelo sistema global dos países ricos? E entre *Nós*, lusófonos, como lidamos com os nossos *Outros*? Seríamos o *Outro* de *Nós Mesmos*? Onde está o *Nó* entre angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, galegos, goenses, guineenses, guinéu-equatorianos, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorense?

No próximo texto dessa coluna avançaremos nesse debate, inserindo diretamente a ideia da construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Referências

Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Said, E. (2011). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.